

1 **ATA Nº 002 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026 DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-**
3 **CMDCA. Ao décimo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na sede da**
4 **Casa dos Conselhos de Juazeiro, realizou-se a segunda REUNIÃO do CMDCA de 2026,**
5 **de caráter ORDINÁRIA. Estavam presentes na reunião os seguintes representantes:**
6 **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Secretaria de Desenvolvimento**
7 **Social, Diversidade, Igualdade Racial e Combate à Fome: Titular: Maria de Fátima**
8 **Carvalho dos Santos Macêdo; Secretaria de Saúde: Titular: Fabrícia Souto Baleeiro;**
9 **Secretaria da Fazenda e Finanças: Titular: Janaina Ailma da Silva; Suplente: Ingrid**
10 **Batista da Silva Oliveira; CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Instituto Dona**
11 **Raimunda: Titular: Elzirene Oliveira da Silva; Fundação Lar Feliz: Suplente: Ramon**
12 **Queiroz da Silva; Associação Beneficente Casa Dom José Rodrigues: Titular: Bruno**
13 **Henrique Barros da Silva, Suplente: Terezinha Maria da Silva; Pastoral da Criança:**
14 **Titular: Isete de Souza Gama. A reunião foi aberta pelo presidente Bruno Henrique**
15 **Barros da Silva que saudou a todos os presentes com uma palavra de boas-vindas. A**
16 **pauta foi aprovada por unanimidade, de acordo com a convocatória da reunião, conforme**
17 **seguinte: 1. Informes, 1.2. Relatório da reunião da Câmara Técnica Orçamentária, 2.**
18 **Leitura da Ata, 3. Pedido de Chancela do Projeto Casa Dom José Rodrigues, 4. Término do**
19 **Plano de Ação (2026-2028), 5. Calendário da Câmaras Técnicas ; 6. O que ocorrer. O**
20 **presidente deu início ao primeiro ponto de pauta. ITEM 1. INFORMES: a) Curso sobre o**
21 **Sistema de Garantia de Direitos - SGD. Dando início aos informes, o presidente Bruno**
22 **Henrique Barros da Silva apresentou os detalhes referentes ao curso sobre o Sistema de**
23 **Garantia de Direitos - SGD. O evento está programado para ocorrer nos dias 25 e 26 de**
24 **fevereiro, com início às 09:00, nas dependências do Auditório Paulo Freire. A formação**
25 **contará com a preleção de Antonio Marcos Evangelista dos Santos, coordenador da Casa**
26 **dos Conselhos, que atuará como palestrante convidado para abordar as diretrizes e o**
27 **fortalecimento do referido sistema. b) Seminário de Arrecadação de Imposto de Renda:**
28 **O Presidente Bruno Henrique informou que o CMDCA está organizando um evento**
29 **focado na destinação de recursos para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.**
30 **O seminário, tem data marcada para o dia 05 de março, às 09h00min, tem como objetivo**
31 **principal mobilizar a sociedade e orientar os conselheiros sobre como direcionar parte do**
32 **imposto devido para projetos sociais de proteção à criança e adolescente. c) Seminário**
33 **de política de Participação de Crianças e Adolescentes 23 de abril: O seminário está**
34 **previsto para ser realizado na UNIVASF. ITEM 1.2. RELATORIA DA REUNIÃO DA**
35 **CÂMARA TÉCNICA ORÇAMENTÁRIA. a) Plano de Aplicação do FMDCA: A**
36 **conselheira Janaina Ailma da Silva Fernandes foi escolhida pelos conselheiros para**
37 **realizar a relatoria das reuniões das Câmaras Técnicas, Janaina Ailma apresentou o**
38 **resumo da reunião com o primeiro tópico sobre o plano de aplicação do fundo municipal**
39 **dos direitos da criança e do adolescente que teve como ponto de pauta :Formar Proposta**
40 **do Edital; realizar um Diagnóstico sobre a realidade da Criança e do Adolescente, com**
41 **parceria com as Universidades e apresentar um valor para que tenha mais gente e lançar**
42 **um Chamamento Público para realizar um diagnóstico. Vale destacar que foi apresentado**
43 **alguns valores relacionado ao fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente**
44 **com parceria com algumas Universidades como UNEURO, durante apresentação o**

Sinba, Bruno, Terezinha, Baleeiro, Elzirene, Janaina, Isete, Ailma, S.

45 presidente Bruno Henrique Barros da Silva fez uma ressalva sobre o valor destinado ao
46 FMDCA, na quantia aproximada de 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), vale
47 salientar que parte desse recurso, será direcionado para a Fundação Lar Feliz e o
48 Instituto Dona Raimunda, (valores estes referente a captação de recursos efetuados
49 pelas instituições citadas); na ocasião a conselheira Maria de Fátima Carvalho dos Santos
50 Macêdo levantou um questionamento se o saldo apresentado estar confirmado em
51 contas, Fatima informa que na última reunião o coordenador Antonio Marcos Evangelista
52 dos Santos não saberia ao certo o valor. Em relação ao Plano de Ação apresentado pela
53 conselheira Janaina, a conselheira Elzirene Oliveira da Silva apresentou uma dúvida
54 quanto ao chamamento público para realizar o diagnóstico: a mesma questiona se ele
55 seria para as instituições apresentarem uma proposta de projeto para realizar um
56 diagnóstico, e se outros projetos não poderiam ser contemplados: o presidente Bruno
57 Henrique esclareceu suas dúvidas afirmando que foram estipulados valores específicos
58 para diagnósticos e outros valores para outros projetos. Janaina Ailma da Silva Fernandes
59 também relatou que poderiam ser sugeridos os valores conforme a realidade do
60 município sobre o Fortalecimento de Convivência Familiar e Comunitária; Acolhimento
61 Familiar; Combate contra a Violência e Fortalecimento das Instituições; Fortalecimento do
62 Plano Municipal da Primeira Infância e Participação de Criança e Adolescente, afirmando
63 que será colocado em edital. d) **Campanha de Arrecadação de Imposto de Renda:**
64 Com o objetivo de potencializar as destinações ao fundo, foram definidas as seguintes
65 estratégias de comunicação e articulação institucional com Produção de Conteúdo
66 Informativo: Elaborar, em conjunto com a Assessoria de Comunicação - ASCOM,
67 materiais didáticos e informativos sobre os procedimentos e benefícios da destinação do
68 Imposto de Renda. Também apresentou a importância de viabilizar a inclusão de
69 mensagens institucionais nos contracheques dos servidores públicos, informando e
70 incentivando os servidores a participarem da campanha, em seguida a conselheira
71 Elzirene Oliveira da Silva propôs que a divulgação não se restrinja ao contracheque físico,
72 mas que seja integrada ao aplicativo de vida funcional utilizado pelos servidores. A ideia é
73 aproveitar o acesso frequente à plataforma digital para exibir alertas sobre a destinação
74 do imposto de renda de forma direta e eficaz. Vale destacar que foi apresentado sobre
75 agendamento de reunião com a Justiça Federal para solicitar suporte técnico e alinhar o
76 auxílio operacional necessário à campanha. e) **Pedido de Chancela de Projeto da Casa**
77 **Dom José Rodrigues:** Quanto ao pedido de chancela do projeto: CASA QUE ACOLHE
78 da Instituição Casa Dom José Rodrigues, Janaina Ailma informou que o coordenador da
79 Casa dos Conselhos, Antonio Marcos Evangelista dos Santos, foi o relator designado pela
80 Câmara Técnica de Orçamento para a análise da proposta. Contudo, o coordenador
81 comunicou a impossibilidade de apresentar o parecer na data de hoje, justificando a
82 necessidade de um prazo maior para concluir a análise técnica detalhada do projeto.
83 Diante do exposto, a relatoria foi adiada para a próxima oportunidade. Janaina Ailma
84 informa que as Câmaras precisam ser formada para analisar os Projetos, na oportunidade
85 a conselheira Maria de Fátima relatou que na última reunião das câmaras técnicas que
86 quem apresenta projeto, não pode estar na comissão, como tem números reduzidos de
87 conselheiros, foi decidido uma rotatividade, Janaina Ailma informa que é preciso formar
88 uma comissão para analisar os projetos e para destinar esse dinheiro para eles, sendo

Simples, Bruno, Terezinha, Macêdo, Elzirene, Janaina, Fátima, Assessoria

MS

89 que a comissão deve ser constituída com dois conselheiros do governo e dois
90 conselheiros da sociedade civil, os dois da sociedade civil deverão participar da comissão
91 não poderão apresentar projetos, tendo como opção de serem escolhidos
92 voluntariamente ou por sorteio, afirmando que tudo será por via edital, a conselheira Maria
93 de Fátima lembrou que uma pessoa do governo deverá ser concursada. . **ITEM 2.**
94 **LEITURA DE ATA ANTERIOR:** A Secretária Executiva, Sirlea Fernandes dos Santos,
95 informou aos conselheiros a impossibilidade de apresentar a ata da sessão anterior na
96 presente data. No entanto, a secretária assegurou que o documento será devidamente
97 finalizado e submetido à apreciação e aprovação de todos na próxima reunião ordinária
98 deste conselho. **ITEM 03: PEDIDO DE CHANCELA DO PROJETO DA CASA DOM**
99 **JOSÉ RODRIGUES: Casa que Acolhe:** Durante a análise do pedido de chancela do
100 projeto da Casa Dom José Rodrigues, o conselheiro Ramon Queiroz da Silva questionou
101 sobre se há existência de uma normativa vigente que regulamente esse procedimento.
102 Em resposta, a conselheira Elzirene Oliveira da Silva esclareceu que, embora a legislação
103 de 2023 preveja a regulamentação dos projetos de chancela, cabe ao CMDCA realizar a
104 devida normatização no âmbito municipal. A conselheira ressaltou que tal regularização
105 foi efetivada pelos conselheiros. O coordenador da Casa dos Conselhos, Antonio Marcos
106 Evangelista dos Santos, apresentou um entendimento técnico acerca do fluxo de
107 aprovação de projetos de chancela. Segundo o coordenador, a referida aprovação
108 poderia ser deliberada diretamente pela Câmara Técnica, sem a necessidade imperativa
109 de submissão ao plenário. Justificou sua posição argumentando que a modalidade de
110 chancela dispensa a publicação de edital, uma vez que não envolve a disputa por
111 recursos diretos do fundo. Nesse modelo, o conselho atua como autorizador da proposta,
112 cabendo exclusivamente à instituição a responsabilidade pela captação dos recursos
113 junto a fontes externas. Antonio Marcos Evangelista dos Santos informa que a nível
114 federal não há necessidade de abertura de edital de chancela, se o conselho resolver
115 abrir um edital de chancela, assim o fará. **ITEM 4. TÉRMINO DO PLANO DE AÇÃO**
116 **(2026-2028):** A etapa de conclusão do Plano de Ação para o período 2026-2028 teve
117 início a partir da análise do objetivo 08. Com a participação ativa dos conselheiros, cada
118 item foi apresentado e discutido, resultando em ajustes pontuais em objetivos específicos
119 para melhor adequação às metas do conselho. Após as devidas modificações e
120 considerações dos conselheiros, o texto final do Plano de Ação foi colocado em votação e
121 aprovado por unanimidade. No decorrer da elaboração do Plano de Ação, os conselheiros
122 solicitaram a edição de uma resolução específica que estabeleça a obrigatoriedade da
123 utilização do Plano Individual de Atendimento - PIA pelos Conselheiros de Direitos. A
124 proposta visa normatizar o uso desse instrumento técnico, garantindo que o
125 acompanhamento das crianças e adolescentes seja realizado de forma padronizada,
126 sistemática e em conformidade com as diretrizes do Sistema de Garantia de Direitos.
127 **ITEM 5. CALENDÁRIO DAS CÂMARAS TÉCNICAS:** Em reunião foi deliberado para
128 realizar as reuniões das câmaras técnicas um único dia, em aprovações foi decidido para
129 o dia 05 de fevereiro de 2026. **ITEM 06 : O QUE OCORRER: APRESENTAÇÃO DA**
130 **RESOLUÇÃO DE REGISTRO E INSCRIÇÃO NOS PROGRAMAS NO CMDCA:** O
131 coordenador da Casa dos Conselhos, Antonio Marcos Evangelista dos Santos,
132 apresentou a documentação referente ao diagnóstico inicial dos programas, serviços e

Sirlea, Bruno, Terezinha, Ramon, Elzirene, Jhonny, Isete, Ana

133 ações desenvolvidos pelas Organizações da Sociedade Civil - OSCs . Este levantamento
134 teve como finalidade principal expor a situação documental herdada da gestão de 2024 e
135 regularizar o fluxo de registros. Para a elaboração deste diagnóstico, a Casa dos
136 Conselhos realizou uma varredura histórica de todas as entidades que solicitaram registro
137 desde o ano de 1990. Os dados foram cruzados e comparados com o banco de dados da
138 Receita Federal, permitindo identificar quais instituições permanecem ativas ou inativas.
139 Como resultado desse processo de auditoria e atualização, o coordenador apresentou a
140 Resolução nº 016/2026, que oficializa a relação das Organizações da Sociedade Civil que
141 se encontram devidamente ativas e regulares perante o Conselho Municipal dos Direitos
142 da Criança e do Adolescente - CMDCA. Não havendo mais nada a tratar, eu, SIRLEA
143 FERNANDES DOS SANTOS, assessora da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata, que
144 após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes. Juazeiro - Bahia, em 10 de
145 fevereiro de 2026. *Sirlea Fernandes dos Santos, Bruno Henrique Soares da Silva,
Terezinha Maria da Silva, Fabíola Bento Salgado, Euzene
Oliveira da Silva, Paulo de Jesus Carvalho dos Santos Figueiredo,
Isete de Souza Gomes, Janaina Lima da Silva Fernandes,
Ingrid Botista da Silva Almeida, Lamou A. da Silva*